

ESTUDOS FEMINISTAS: UM ESBOÇO CRÍTICO¹

Cecília M. B. Sardenberg - NEIM/UFBA

Antes de começar a falar sobre o tema proposto para esta mesa, *Teorias e Metodologias nas Pesquisas com Enfoque de Gênero*, eu gostaria de agradecer à Universidade Federal do Ceará pelo convite para participar deste Simpósio, principalmente ao pessoal do NEGIF², às minhas companheiras aqui da REDOR³, Célia, Celecina, Dolores e tantas outras. É sempre bom vir para Fortaleza, é um lugar maravilhoso, lindo! Obrigada por me trazerem.

Depois de toda a introdução feita por Célia discorrendo sobre o meu currículo acadêmico, creio que deveria falar um pouco da minha história pessoal para que vocês possam entender melhor como é que eu cheguei à academia e como venho me posicionando em relação às questões aqui em pauta. Alguém hoje mencionou a relação entre movimento feminista e academia e a minha trajetória foi esta: do movimento feminista para a academia. Na época, eu estava vivendo fora do Brasil e me integrei ao movimento feminista, ao chamado *women's liberation movement*, o movimento de libertação da mulher, nos Estados Unidos. Particpei primeiro de um grupo moderado, da NOW (*National Organization for Women*), uma organização identificada com o feminismo liberal; depois, entrei para um grupo que era bem mais radical. Daí, fiquei mais “suavezinha” - não se preocupem, porque eu hoje estou mais suavezinha, eu estou um “docinho”.

Mas eu voltei à faculdade porque senti a necessidade de entender melhor certas questões, de aprofundar minhas reflexões para poder atuar melhor no movimento feminista. E isso foi mais ou menos na época em que eu li e me apaixonei por Margaret Mead e Simone de Beauvoir. Eu trouxe até um livro nosso (a propaganda é a alma do negócio!), *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas* (Britto da Motta; Sardenberg; Gomes, 2000), no qual há um artigo meu falando da minha “paixão” por Margaret e Simone (Sardenberg, 2000). Ambas trataram da questão de gênero, antes mesmo de termos um termo para identificar esse fenômeno da construção social das diferenças e identidades sexuais. Para mim, elas foram importantíssimas. Inspirei-me na radicalidade de Simone, mas acabei vindo para a Antropologia, como Margaret, porque achei que a Antropologia poderia me dar uma visão mais panorâmica - uma visão histórica e

transcultural, isto é, uma viagem tanto no tempo quanto no espaço de como mulheres e homens viviam e vivem e são pensados em outras sociedades, para entender melhor as especificidades da nossa.

Confesso que estive (e ainda sou) apaixonada pela Antropologia; é na Antropologia que se tem visto grandes avanços nos estudos e pesquisas com enfoques de gênero. Pelo menos, a Antropologia tem sido bem mais receptiva que as outras ciências sociais às abordagens feministas; atualmente, até homens antropólogos incorporam o enfoque de gênero em suas análises. No Seminário “O Desafio da Diferença: Articulando Gênero, Raça e Classe”, que teve lugar em Salvador, em 2000, quem fez a conferência de abertura foi um homem, Michael Kimmel, que falou sobre o privilégio da masculinidade, dos privilégios que os homens sempre desfrutaram. Um homem falando sobre isso pesou. Ele é um antropólogo que vem trabalhando com a perspectiva de gênero; aliás, é bom ressaltar, ele pertence a um grupo de homens feministas.

Bem, eu estou falando tudo isso como introdução ao tema da minha apresentação. Tenho como proposta identificar algumas tendências gerais nos estudos feministas no último quarto de século, procurando refletir, ainda que brevemente, sobre os seus principais avanços, como também sobre os impasses mais críticos, as '*demarches*' e alguns dos desafios postos. Portanto, não pretendo falar aqui sobre pesquisas com enfoques de gênero em geral, mas apenas sobre aquelas que trabalham com uma perspectiva feminista. Digo isto porque sabemos que houve uma apropriação do conceito de gênero por estudiosos/as que não se identificam com as propostas feministas. Em um artigo escrito alguns anos atrás, Ana Alice Costa e eu chamamos esses estudos de “genéricos”; trabalham com gênero, mas não na perspectiva feminista (Costa e Sardenberg, 1994). Eu, pessoalmente, entendo a perspectiva de gênero como um instrumento de transformação social, por isso vou me prender aqui, na minha discussão, apenas àquelas abordagens que têm essa perspectiva de transformação.

O problema é que o tema proposto para esta mesa é bastante amplo e complexo. Para abordá-lo na sua amplitude, seria necessário fazer um balanço de tudo o que se vem pesquisando, que vem se fazendo, que vem se escrevendo ou debatendo quanto ao enfoque de gênero. Acho que todo mundo aqui há de concordar que, mesmo nos restringindo apenas à perspectiva feminista ou mesmo apenas à produção brasileira, fazer tal balanço aqui seria algo impraticável. Se considerarmos o número de teses, ou dissertações existentes, ou que estão sendo hoje desenvolvidas com o enfoque de gênero aqui no Brasil, ou mesmo só no Nordeste, veremos que há uma grande amplitude de temas; mapear tudo isso seria muito difícil e meio complexo.

Eu me lembro que, alguns anos atrás, tentamos fazer um catálogo de pesquisadoras e pesquisas da REDOR, e foi super complicado, não conseguimos fazê-lo. Publicamos um na Bahia, isto é, o NEIM⁴ publicou um catálogo de pesquisas e pesquisadoras da Bahia em 1997, e assim que o livro saiu do forno vimos que ele já estava totalmente defasado. Muita coisa nova ficou de fora, muita gente que não conhecíamos antes, que não sabíamos que estava produzindo e pesquisando na temática não foi incluída, quer dizer, fizemos o retrato de um momento e, assim mesmo, aquele momento não foi bem retratado. Desde então, esses estudos cresceram muito no país; identificar, catalogar e analisar tudo o que está sendo feito hoje é praticamente impossível

Por certo, o conjunto desses estudos reflete, tanto tendências mais gerais, universais, dos estudos feministas, como outras mais específicas ao Brasil, ou mesmo um tempo e ritmos nossos de abordar certas questões. Nas minhas reflexões, vou me voltar para as tendências mais gerais, internacionais, na trajetória desses estudos, sem contudo deixar de pontuar onde nos colocamos em tudo isso.

De um modo geral, podemos identificar certos deslocamentos, certas mudanças muito importantes - a começar pelo próprio tom dos discursos nos debates feministas. Basta comparar o que se escrevia nas décadas de 1960, 1970, com o que se faz hoje, para se ver essa mudança de tom - do panfletário para o acadêmico, para um discurso mais sofisticado. Em fins dos anos 1960, início dos anos 1970, na Europa e nos Estados Unidos, a teorização feminista estava em ebulição não na academia, mas nos grupos de conscientização e reflexão feministas. Não havia uma separação mais nítida entre as discussões teóricas e o cotidiano do movimento. Essas reflexões e teorizações visavam uma ação política, tanto que o lema do movimento feminista da época - "o pessoal é político" - nasceu nesses grupos de conscientização, a partir da troca das vivências e experiências. A idéia de se pensar as relações pessoais também como relações de poder, questionando, assim, a separação colocada entre o público e o privado, está implícita na expressão "o pessoal é político". E esse questionamento formulou-se primeiro nas trocas dos grupos de conscientização; não foi na academia (Morgan, 1970). Com eles, inaugurava-se não só uma práxis baseada na experiência feminina - nas vivências das mulheres - mas também uma nova epistemologia baseada nessa experiência (Sardenberg, 2002b).

Portanto, naquele momento, é lógico que os discursos foram inflamados; eles vinham de dentro, saíam das entranhas. Já hoje em dia, os discursos são bem mais ascéticos; passaram pela lavanderia tornando-se muitas vezes não apenas despolitizados, como também altamente sofisticados, inclusive porque se

formulam dentro da academia. E tal sofisticação não se dá sem problemas. Confesso que tenho um livro⁵ que até hoje não consegui ler por inteiro pela dificuldade em entender e digerir tudo que está nele - e olha que eu me esforço! Mas é porque as autoras vieram de outras tradições disciplinares e fazem uso do jargão da Filosofia, com o qual nem todas nós estamos familiarizadas. Esse é um grave problema, pois se nós da academia temos às vezes dificuldade em ler e entender o que está sendo produzido no nosso campo temático, imaginem o que não é para as pessoas inseridas nos movimentos, que não passaram por um treinamento acadêmico?

Sem dúvida, essa sofisticação discursiva é um dos fatores que têm contribuído para o atual distanciamento entre o feminismo enquanto movimento social e o que se levanta nos debates ditos acadêmicos, nas reflexões teóricas. Por certo, esse distanciamento não foi algo intencional; como já ressaltamos em trabalho anterior, a lógica do trabalho acadêmico, das práticas científicas, é distinta daquela do movimento social (Costa; Sardenberg, 1994). Isso não quer dizer que a práxis política esteja ausente na vida acadêmica. Muito pelo contrário. A REDOR é um exemplo dessa práxis feminista dentro da academia; não foram fáceis nossas lutas e nossas tentativas de juntar esforços para ampliar esse campo de estudos feministas no Norte e Nordeste. Também nos núcleos de estudos da mulher nas universidades, como NEIM e NEGIF, não podemos parar de lutar no sentido de sempre reafirmarmos a relevância da perspectiva de gênero no nosso trabalho.⁶

Mas houve, realmente, um distanciamento entre o discurso acadêmico e a prática dos movimentos. No ano passado (2001), quando houve um acampamento das mulheres do MST, das trabalhadoras rurais em Salvador, eu fui chamada para falar para 1.200 mulheres sobre o que é “gênero”. Como se queixou uma das lideranças: “O tempo todo está se falando de gênero: é gênero isso, gênero aquilo, mas, afinal, o que é gênero?” Confesso, porém, que foi muito complicado chegar e explicar gênero para 1.200 mulheres que não estão acostumadas ao discurso acadêmico. Gênero não é uma “coisa”, como uma pedra que a gente tropeça no caminho; gênero é uma abstração, um construto, é uma teorização em torno de certos fenômenos. Como se diria na perspectiva marxista: gênero é o “concreto pensado”. Muitas vezes, para se explicar o que é gênero, acaba-se simplificando muito o conceito ou mesmo despolitizando-o. Por outro lado, a sofisticação de nossas teorizações e de nossas reflexões acabou por levar a um distanciamento entre movimento e academia que não havia nos anos 1960 e 1970. Havia, por assim dizer, mais organicidade naquele período.⁷

Observamos, também, uma grande mudança no que diz respeito aos temas abordados. Por exemplo, em fins dos anos de 1970, surgiram dois grupos de trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS): Mulher e Política e Mulher e Trabalho, que correspondiam aos temas então em destaque. Hoje, boa parte dos trabalhos que estão sendo escritos, ou apresentados na própria REDOR, está na área da Literatura, pois houve uma mudança não só de temas, mas também de áreas que têm maior visão e prestígio dentro do campo dos estudos feministas. É lógico que, acompanhando isso, ou por trás disso, verifica-se também uma mudança nos enfoques teóricos-metodológicos. Essa mudança de enfoques e o que levou a tanto é o que mais nos interessa aqui, portanto, convém perguntar: o que mudou de lá para cá e o que está em evidência hoje em termos teórico-metodológicos?

Até meados dos anos de 1970, o objeto central dos estudos feministas era “a mulher” (no singular). A principal preocupação era delinear as causas da opressão feminina, da subordinação da mulher na história, do patriarcado. Mas “a mulher” é um objeto ideal, porque não existe “a mulher”, no geral. Existem mulheres de carne e osso, plurais. “A mulher” é um construto, é um ideal, um ideal de mulher, e era complicado trabalharmos com esse objeto que é um objeto ideal, algo que só existe em nível de ideologia, como o conceito de gênero permitiu-nos perceber.⁸

É mais ou menos a partir de meados dos anos de 1970 que começamos a perceber um deslocamento de ênfase: de mulher para “mulheres”. Surgem os famosos “*women’s studies*” - os estudos sobre mulheres. Foi bem nesse período que eu voltei à faculdade. Eu me casei em fins dos anos 1960 e parei de estudar; quando eu voltei à faculdade, já na década de 1970, eu estava morando nos Estados Unidos e cursei uma das primeiras disciplinas oferecidas na minha universidade na área dos estudos sobre mulheres. Foi nessa época que foi publicado o artigo da Gayle Rubin (1975) intitulado o “tráfico de mulheres”, que tanto se lê e discute aqui no Brasil. Esse artigo dela, que teoriza sobre o sistema “sexo/gênero”, saiu em 1975 no livro organizado pela Rayna Reiter (1975). Eu me lembro que, quando comecei a fazer uma disciplina de estudos sobre mulheres, esse livro tinha acabado de sair. Eu comprei o meu novinho, novinho, era de 1975, para vocês verem como eu estou ficando velhinha também. Mas foi mais ou menos naquele período que os “*women’s studies*” começaram a se firmar.

Na introdução do livro mencionado, Rayna Reiter (1975) nos fala sobre o “*male bias*”, o viés androcêntrico na Antropologia. Ela já inicia fazendo essa crítica, enfatizando que embora a Antropologia, ao contrário das demais ciências sociais e humanas, tenha, desde o início, estudado as mulheres, ou melhor, tenha retratado

as mulheres, isso se deu mais precisamente no contexto dos estudos sobre família e parentesco. Ademais, a forma com que as mulheres eram retratadas nos trabalhos antropológicos correspondia a uma “*misrepresentation*” – a uma representação distorcida das experiências femininas, quer dizer, embora não houvesse uma lacuna em relação às mulheres na Antropologia, elas eram visibilizadas de forma distorcida.⁹ Na verdade, Reiter identifica um duplo viés androcêntrico na Antropologia - o da cultura dos antropólogos e o das culturas por eles (e elas) estudadas, o que implicou (como ainda vem implicando) não só a representação distorcida de mulheres nos relatos etnográficos, como também a sua invisibilidade ou exclusão nas “questões importantes” da Antropologia.¹⁰

Mas, o surgimento da antropologia da mulher – ou das mulheres - será o que inicialmente? Será o estudo das mulheres por mulheres, isto é, mulheres estudando principalmente as mulheres, outras mulheres em outras sociedades, e registrando essas experiências, essas vivências distintas (Moore, 1990; pp.4-5). Também na Sociologia, na História, que, ao lado da Antropologia, eram então as disciplinas dominantes no campo dos estudos feministas, nós teremos os estudos sobre mulheres - a história das mulheres, a Sociologia das mulheres – que tinham, na época, o propósito de preencher as muitas lacunas existentes sobre a condição feminina. Têm-se, então, vários registros das experiências das mulheres. Não que isso tenha deixado de ser importante, mas, naquele momento, era uma das principais questões em pauta.

Só que ainda tínhamos um problema teórico-metodológico, pois se já não nos ocupávamos mais com um objeto ideal (“a mulher”), ficávamos apenas com um objeto empírico (“as mulheres”). Não tínhamos ainda um objeto teoricamente construído – um objeto “formal”, que desse conta dos fenômenos observados e que encontrasse unanimidade entre as feministas. Na verdade, só vamos chegar a isso mais ou menos em fins dos anos de 1970, quando gênero será elaborado e conceituado como a construção social das identidades sexuais e como o objeto dos estudos feministas.¹¹ A partir desse momento, verifica-se um importante deslocamento de todas as discussões, pois inaugura-se uma nova problemática para os estudos feministas. Para mim, este foi o grande avanço nos estudos feministas, um grande salto, pois gênero permite-nos abarcar, tanto certas tendências universais em relação ao masculino e feminino, como as especificidades históricas e culturais. Permite-nos pensar “a mulher” e mulheres e homens como construções históricas.¹² Com a teorização/construção desse conceito, serão abertas mil e uma novas possibilidades para os estudos feministas, inclusive para a autocrítica. Veremos isso mais à frente, quer dizer, se houver tempo para discutirmos essas novas epistemologias feministas, que fazem

a autocrítica dos estudos feministas, questionando até mesmo a possibilidade de uma objetividade feminista em relação a outras abordagens.¹³

De acordo com Michèle Barrett e Anne Phillips (1992), por exemplo, verifica-se um grande “*gap*”, um fosso entre o que se produziu até então (fins dos anos de 1970, início dos anos de 1980) e o que se produz hoje. Na introdução de uma coletânea organizada por elas, *Destabilizing Politics* (1992), ou “Política Desestabilizadora”, essas autoras caracterizam os estudos feministas como profundamente desestabilizadores; eles vêm desestabilizar, questionar e implodir não só as Ciências Sociais, mas as Ciências como um todo, algo que se tornou possível com a construção do conceito de gênero. Gênero abriu os caminhos para a desconstrução e para a desnaturalização do masculino e feminino. Mas, essa nova problemática também propiciou o surgimento desse “fosso” entre o que elas chamam de feminismo da modernidade e o feminismo da pós-modernidade. Segundo Barrett e Phillips (1992), os debates feministas atuais ressaltam a necessidade de se desestabilizar os pressupostos fundantes, ou seja, as bases das teorias modernistas, identificadas com o Iluminismo.

Para elas, as feministas sempre criticaram as pretensões dos grandes esquemas teóricos, as teorias gerais, argumentando que as supostas afirmativas universais sempre se mostraram parciais ou triviais. As feministas sempre questionaram essas teorias gerais, porque o que se produziu, até então, se produziu na perspectiva masculina ou a partir de um viés androcêntrico. E mais, questionaram se, na verdade, era possível um pensamento neutro no que se refere a gênero.

Segundo Michèle Barrett e Anne Phillips, hoje essa crítica aos grandes esquemas extrapolou, chegou a extremos, sobretudo nas perspectivas ditas pós-modernas. Há todo um ataque aos modelos de liberalismo, humanismo e mesmo marxismo, uma crítica feminista a essas abordagens, mas não só por parte de feministas. Contudo, para nós, feministas, isso é complicado, não podemos esquecer que o feminismo é tanto produto da modernidade, quanto também instrumento de crítica da sociedade moderna.¹⁴

Voltarei a esse ponto mais à frente. Por ora, é importante ressaltar que, de fato, grande parte dos trabalhos atuais – e não só os feministas - têm realmente esse caráter desconstrutivo. O que se procura é desnaturalizar, desconstruir, principalmente as oposições binárias, incluindo aquelas que implicam sexo e gênero. Aliás, hoje há uma crítica muito grande a essa dicotomia, a esse dualismo sexo/gênero, que marcou as primeiras teorizações em torno do conceito de gênero. Na verdade, há uma grande ênfase, nessas críticas, às bases teóricas, às convenções paradigmáticas do próprio feminismo modernista e, assim, ao que se

produziu nos anos de 1970. Chega-se até a questionar se ainda é possível o diálogo com o feminismo modernista, com as teorias, os estudos, as pesquisas que se tinha e que se fazia até fins dos anos de 1970, início dos anos de 1980.

Um ponto importante é que, nesse período, as formulações teóricas se voltavam, sobretudo, para a explicação das causas universais ou das origens da opressão feminina. Por certo, havia muitas divergências quanto a essas causas, mas a própria noção de “causas” não era questionada. Era perfeitamente legítimo teorizar sobre as “origens”, sobre as causas universais da opressão da mulher. Hoje, já não se pensa mais assim: procurar causas universais, origens, é cair no essencialismo.

Michèle Barrett e Anne Phillips (1992) também observam que antes não se questionava o conceito de opressão, não havia muito debate em torno dessa idéia de opressão. Parecia ter uma aplicação auto-evidente, como se todo mundo concordasse com o que vinha a ser “opressão”. E havia quase um consenso em que as causas da opressão da mulher estavam na estrutura social, embora fossem muitas as divergências quanto a que estrutura culpar: podia ser o patriarcado, o sistema econômico, a relação estrutural de doméstico e público, etc.

Eu me lembro de um artigo da Michelle Rosaldo, que saiu em 1974 naquela coletânea "A Mulher, a Cultura e a Sociedade"¹⁵, que fala sobre a separação entre o doméstico e o público como causa universal da assimetria entre os sexos. Anos depois, a própria Michelle Rosaldo (1995) fez a autocrítica, deserdando sua tentativa de buscar causas universais.

Mas havia também, nessas tentativas, uma grande preocupação em se combater o determinismo biológico; daí porque o conceito de gênero terá um grande impacto, fará um grande sucesso. Foi quase como um talismã, pois, quando ele surgiu, parecia ser a resposta para tudo.¹⁶ Hoje sabemos que nem tudo é uma questão de gênero...

Voltando às correntes teóricas que imperavam na época, podemos identificar o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical. É lógico que havia diferenças importantes entre essas correntes de pensamento e ação. Por exemplo, o feminismo liberal tinha muito menos interesse em explicações sócio-estruturais, enfatizava (e ainda enfatiza) principalmente a questão do preconceito, da discriminação, lutava por igualdade de direitos, era bem modernista nesse sentido. Assim, enfatizava os estudos sobre a mulher no mercado de trabalho, mulher e política, mulher e educação. Podemos fazer a crítica a essa abordagem liberal, mas o importante é que esses estudos estão por trás das políticas de ações afirmativas. Eles apontaram para as desigualdades existentes, subsidiando a luta pelas políticas de ações afirmativas. Contudo, o

feminismo liberal pouco ofereceu em termos de teorizações mais sofisticadas. Nessa perspectiva, a preocupação era (e ainda é) com a questão da discriminação com base no sexo, tida como um problema de educação diferenciada, de socialização para os papéis sexuais. Uma perspectiva bem culturalista, como a de Margaret Mead.

Já o feminismo socialista, com a sua fundamentação na teoria marxista, voltava-se mais para a análise da exploração sexual, da exploração da mulher pelo capitalismo. As discussões centravam-se, sobretudo, na questão do trabalho doméstico no capitalismo, nunca tratada por Marx, nem por Engels. Foram debates calorosos, com trabalhos importantes, contribuições de grande valia para se entender melhor como o capital se beneficia do sexismo. Mas, uma coisa é dizer que o capital se beneficia da exploração da mulher, outra coisa é procurar na lógica da produção as causas da opressão da mulher. Eu própria sou feminista socialista, isto é, tenho minhas bases fincadas no marxismo, mas não deixo de fazer também um pouco de autocrítica, mesmo sendo às vezes difícil aceitar o que se vem dizendo por aí no tocante às críticas ao marxismo...

Quanto à terceira corrente, o feminismo radical, este era identificado como tendo Simone de Beauvoir como precursora. O objeto central dessa corrente, porém, era o patriarcado, portanto, a ênfase recaía não no capitalismo, mas no sistema patriarcal como um todo. A preocupação era com a questão da opressão das mulheres pelos homens. As análises enfatizavam o “modo de reprodução”, a família, a questão da sexualidade, da violência sexual e dos direitos sobre o corpo.

Os debates entre essas correntes se centravam no que supostamente tinha mais peso ou no que seria a causa principal da opressão feminina. Seria o patriarcado? O capitalismo? Ou o patriarcado capitalista? Ou capitalismo patriarcal? Durante os anos de 1970, muito se discutiu, aliás, sobre as tentativas de síntese, as tentativas de casar o patriarcado com o capitalismo, o feminismo com o marxismo. Observa-se, então, o que se convencionou denominar de “debates sobre sexo e classe.”¹⁷

Isso era importante porque, no período, buscava-se o que Kirsten McClure (1992) chamou de “política cientificada” (*scientized politics*), ou seja, uma política sustentada na “autoridade da razão” - em teorias que fundamentassem e justificassem as ações. Acreditava-se (e ainda se acredita, é lógico) que só conhecendo as verdadeiras causas da opressão da mulher na sociedade seria possível mudar a sociedade, erradicar a opressão. Vimos que havia uma diversidade de respostas no tocante a essas causas, contudo, essa diversidade de respostas escondia o “mesmismo” da pergunta - a questão das causas da opressão, a questão das origens. Apesar das diferenças, as diversas abordagens

se situavam no mesmo plano epistemológico. Tínhamos respostas distintas vindas de correntes teóricas distintas, mas todas fazíamos as mesmas perguntas e buscávamos respostas na causalidade social. Nesse ponto, como bem observam Michèle Barrett e Anne Phillips (1992), havia então um consenso. Mas esse consenso será rompido.

Segundo essas autoras, uma série de desenvolvimentos contribuiu para tanto. Creio que um dos mais importantes foi a crítica das feministas negras às discussões em pauta. Essa crítica deslocou o debate entre marxistas e feministas, o debate sobre sexo e classe para um outro plano. Elas mostraram que não se tratava de uma questão só de sexo e classe ao perguntarem: “E raça? Entra aonde? Não conta?” Isso nos levou a pensar na articulação de gênero, raça e classe e nas diferenças entre mulheres; não mais apenas nas desigualdades entre homens e mulheres, mas também nas que se colocavam entre mulheres (e entre os homens).¹⁸ A partir dessa crítica, começou-se a pensar gênero como um dos elementos constitutivos das relações sociais que se articula com outros elementos igualmente importantes – classe, raça, etnia, idade, dentre outros – configurando situações de gênero específicas.

Um outro fator importante tem-se nos questionamentos que começaram a ser levantados em torno da distinção, ou separação, entre sexo e gênero, ou seja, de sexo como algo “natural”, biológico, e gênero como algo de ordem cultural. Como todos os dualismos, o de sexo/gênero também passou a ser questionado, ou melhor, desconstruído.¹⁹ Ao mesmo tempo, a questão da diferença sexual, antes tida como passível de ser superada pela cultura, passou a ser vista não apenas como mais intransigente, como também de uma maneira mais positiva. Por exemplo, na perspectiva do Ecofeminismo passou-se a fazer o “elogio da diferença”, enfatizando os aspectos positivos da feminidade, do feminino. Aliás, muitas candidatas mulheres se valem dessa perspectiva, propondo “limpar a casa”, falando de uma “gestão feminina” e que as mulheres são mais humanas, que as mulheres vão melhorar tudo. Sabemos que não é bem assim, que não basta ser mulher. Mas existe toda essa tendência à valorização da diferença, toda uma discussão que as mulheres têm mais moral, mais ética, etc.²⁰ Pode até ser verdade, mas é certo que esse discurso cai muito no essencialismo, pois baseia-se na noção de uma identidade feminina universal e de que exista algo como uma essência feminina que seja eterna.

Crítica semelhante se faz também às teorizações iniciais em torno do próprio conceito de gênero e que estabelecem a distinção com sexo. Nessas concepções, tomava-se “sexo” como sendo algo “natural” e, portanto, ahistórico, identificando-o com o corpo, também tomado como algo ahistórico. Em um artigo

recente, intitulado “Reinterpretando o Gênero”, Linda Nicholson (2000) desenvolve uma crítica excelente a tais concepções, argumentando que o corpo nelas aparece como um “cabide” no qual se “pendura” gênero, a depender da sociedade e da cultura. Sabemos que não é bem assim, as próprias idéias sobre o corpo mudam, não existe um corpo fora de um discurso sobre o corpo (não sou eu quem diz isso, é Foucault). Então é complicado pensar sexo identificado com o corpo como sendo algo que está lá independente das leituras culturais do gênero.²¹

Na desconstrução da suposta dicotomia “sexo e gênero”, argumenta-se que essa diferenciação entre sexo e gênero já é uma construção de gênero, ou seja, a idéia de que sexo está para a Biologia assim como gênero está para a cultura já é uma construção de gênero.²² É uma coisa interessante para se pensar, principalmente no que diz respeito ao fato de que nossos próprios conceitos começam a ser desconstruídos, o que não deixa de ser meio complicado. É claro que essa crítica surge da apropriação feminista das idéias pós-estruturalistas, pós-modernistas, nas quais a influência do pensamento de Foucault é nítida.

Uma outra tendência que está ligada às perspectivas pós-modernas nos estudos feministas - e aí a gente já está chegando, mais ou menos, aonde eu queria chegar em relação às pesquisas e aos estudos com o enfoque de gênero – diz respeito ao deslocamento de ênfase nas análises: “das coisas, para as palavras”, como coloca Michèle Barrett (1992) citando Foucault. Melhor dizendo, observamos que, na atualidade, parece haver uma menor preocupação com questões tais como os baixos salários, a não participação da mulher na esfera política, etc, isto é, com as “coisas” (ou fatos) nesse sentido, em relação às “palavras”, aos discursos. Observa-se uma preocupação bem maior agora com a construção do sentido, dos significados, das representações, em suma, com o simbólico.

Na verdade, até meados da década de 1980, nossas preocupações teóricas e analíticas se voltavam mais para a condição feminina na sociedade, para questões ditas mais objetivas, estruturais. Hoje, trabalhamos mais com a questão dos significados, das representações. E o que existe por trás disso? Sem dúvida, a crítica pós-estruturalista, a crítica aos fundamentos das teorias modernistas nas quais a própria teoria feminista se apoiava. Há toda uma crítica hoje voltada para as categorias de análise com as quais trabalhávamos então, ou seja, a estrutura social, o próprio patriarcado, a questão da diferença sexual, por exemplo.

Percebemos que a ênfase agora está na fluidez das relações, nas contingências, no que é e não é ao mesmo tempo. As “coisas” não são mais tão nítidas, nem tão fáceis quanto antes, não há mais tantas certezas. Na verdade,

tiraram o chão da gente! No encontro da REDOR que aconteceu em Maceió (1997), eu falei um pouco sobre isso. Dei como título da minha palestra: "Caindo de pára-quebras em uma montanha russa". Com isso, queria expressar a sensação de não se ter mais um "chão", algo sólido para se pisar, uma terra firme em termos epistemológicos. A crítica pós-moderna tirou o nosso chão, argumentando que não existe o ponto de Arquimedes ou uma perspectiva fora da história, tudo é relativo. Você procura o chão e aí, cadê? Não está, você está voando.

Jane Flax (1992) diz que perdemos a "inocência". Flax é psicanalista, feminista e adepta das filosofias pós-modernas. No livro, *Thinking Fragments* (1990), ou "pensando fragmentos", ela desenvolve uma crítica ao pensamento feminista da perspectiva da psicanálise e do pós-modernismo, seguida de uma crítica à psicanálise com base no ponto de vista do feminismo e do pós-modernismo e, por fim, ao pós-modernismo a partir de uma perspectiva feminista assim como da psicanálise. Quer dizer, ela não tem um chão, ela tem vários. Ela muda de chão, ou de posicionamento, a depender da situação ou do que se quer analisar. A idéia por detrás disso é o relativismo ao lado da noção de que a experiência é fragmentada. Daí porque a necessidade de fluidez nas análises, ou mesmo de instabilidade das nossas categorias de análise.²³

Essa noção de fluidez se contrapõe à noção de estrutura, sobretudo tal qual trabalhada pelo marxismo estruturalista, que tanto orientou os estudos feministas no início, a exemplo dos trabalhos de Juliet Mitchell (1984). Mas a crítica ao marxismo estruturalista não vem só do pós-modernismo (que faz a crítica ao marxismo como um todo). E.P. Thompson (1981) faz essa crítica em *A Miséria da Teoria*, principalmente ao formalismo da noção de classe no estruturalismo de Althusser. Em *A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Thompson (1987) enfatiza a noção de experiência na formação das classes, trazendo à baila a questão do "agency", isto é, o agenciamento e, assim, os atores sociais, a ação. Não que Thompson deixasse de ser marxista, ao contrário, mas essa ênfase na experiência e, em especial, nos atores sociais evoca Weber, vai chamar Weber. Nós, das Ciências Sociais, sabemos quanto Weber já nos pesou na cabeça e agora de repente Weber volta a ser discutido de novo (na verdade, ele nunca deixou de ser importante). Mas coloca-se agora em evidência a relevância dos significados das e nas ações, que já eram importantes no pensamento de Weber .

Também com Foucault há uma virada para os significados e, em especial, para os discursos, para a linguagem, em suma, para as "palavras". De fato, atualmente, as análises colocam uma grande ênfase na linguagem, agora vista como construção de significados e não mais apenas como meio de comunicação. Coloca-se hoje em evidência a linguagem como construindo significados. E estes,

por sua vez, são construídos a partir da diferenciação, da oposição. Os significados não são absolutos ou fixos em relação ao referente, eles variam no tempo, no espaço, de acordo com o contexto, sendo construídos na diferenciação e, não raro, pelo uso de analogias. Quando Joan Scott (1988 a) argumenta que gênero é a primeira forma de significar poder, de caracterizar o poder, é justamente a esse processo que ela se refere. Por exemplo, na medida em que o masculino e o feminino são dados como naturais e o masculino sempre como superior, a diferenciação é muitas vezes usada para construir outros significados e outras diferenciações através da analogia.

A própria Joan Scott (1988 b), no mesmo livro no qual foi publicado o artigo “Gênero, uma categoria útil para análise histórica”, ao qual me referi acima, tem outro artigo no qual nos fala sobre classe, gênero e linguagem. Nesse artigo, Scott argumenta a favor da relevância da análise da linguagem para os estudos históricos, especialmente para a história do trabalho, demonstrando como, nos discursos das classes dominantes inglesas e americanas no século XIX, as diferenciações de gênero foram utilizadas, por meio de analogia, para se estabelecer as diferenciações entre as classes. Em outras palavras, as classes trabalhadoras foram identificadas com o “feminino”, como dependentes, ao passo que as classes dominantes foram construídas em analogia com o “masculino”, portanto com as classes que têm poder porque sabem conduzir, dirigir as outras. Através dessa analogia, gênero e classe se constroem mutuamente, as diferenciações de gênero reforçando as de classe e vice-versa.

Podemos dizer que o mesmo processo se verifica com gênero e raça. Como bem apontou Nancy Stepan (1994), os negros, os “nativos” e as mulheres foram construídos na ciência como seres inferiores e dependentes, necessitados da autoridade do senhor, dos colonialistas, da autoridade paterna ou do marido, respectivamente. As diferenciações de gênero, porque naturalizadas, servem de referência para a construção de outras diferenciações.

Não é, pois, ao acaso que se observa uma virada nos estudos feministas para a cultura, para o estudo das representações. Há, de fato, um grande crescimento dos estudos literários ou culturais, da teoria crítica, campos de reflexão dentro dos estudos feministas que têm colocado em evidência a literatura, a filosofia, as artes e humanidades em geral. Tem-se, assim, uma grande virada para a análise dos processos de simbolização e representação, que é o campo da cultura por excelência. Da mesma forma, observa-se também a ênfase nas reflexões e análises dos processos de subjetivação, da construção das subjetividades, com destaque para o campo da psicanálise que também trabalha muito com a linguagem. Tudo isso tem contribuído para o crescimento do

interesse na fenomenologia e na hermenêutica, abordagens que tradicionalmente se voltam para o estudo de tais questões.

Mesmo nas Ciências Sociais, observa-se esse deslocamento do estudo da estrutura social para as questões da cultura, das subjetividades, para os atores sociais e os significados na ação. Por certo, o simbólico ganha importância, e não só na perspectiva dita pós-moderna. Com certeza, Bourdieu e, em especial, o enfoque nos estudos sobre *habitus* (disso e daquilo) permanecem importantes. Aliás, é impressionante o número de estudantes que querem trabalhar com práticas e representações nas suas monografias de conclusão de curso e nas suas dissertações. Muitas de minhas alunas querem estudar representações de gênero. Mas isso me dá muito trabalho, porque a maioria chega com a idéia de que, para estudar representação, basta fazer entrevistas, registrar e transcrever as falas que já se tem as representações. É lógico que se pode deduzir representações dessas falas, mas a análise não é assim tão simples, pois as representações sociais não estão só nos discursos (que também não se traduzem apenas como ‘falas’), elas são institucionalizadas, estão nos comportamentos, estão nas relações sociais, quer dizer, é muito mais complicado do que parece à primeira vista.²⁴ Por outro lado, as representações não estão explícitas nas falas; aliás, fosse assim, para que sociólogas/os? Para que antropólogas/os? Não precisaríamos nem estar aqui discutindo, estaríamos desempregadas... Portanto, temos que ir mais fundo, temos que romper com o senso comum, temos que deduzir das falas as categorias nativas, caso contrário, não estaremos fazendo análise social nem estudando cultura, estaremos apenas fazendo transcrição de fitas.

Em *O Trabalho do Antropólogo*, Roberto Cardoso de Oliveira (1998) argumenta que o nosso trabalho implica em olhar, ouvir e escrever. Atualmente, porém, todo mundo só quer ouvir e se esquece de que a observação é tão ou até mesmo mais importante nas pesquisas, inclusive para se analisar os significados, as representações. É certo que as mulheres foram silenciadas por muito tempo, portanto, temos que dar voz às mulheres assim como aos negros e a outros segmentos que foram historicamente oprimidos e silenciados. Mas “dar voz” não é só registrar e transcrever depoimentos. É preciso analisá-los, o que implica também a análise dos contextos em que eles são produzidos.²⁵

Vale aqui observar que a “virada para a cultura” tem implicado, também, uma grande virada para as ditas “metodologias qualitativas” em prejuízo das quantitativas. Aliás, ninguém mais quer saber de métodos quantitativos. Confesso que, como antropóloga, formada nos Estados Unidos, eu fui treinada para fazer trabalho de campo nos moldes tradicionais, isto é, *à la Malinowski*, dando ênfase à

observação participante, um método qualitativo por excelência. Mas vale aqui lembrar que o próprio Malinowski (19), na introdução de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, sua obra clássica, nos fala da importância de se quantificar as observações. Hoje em dia, porém, ninguém quer fazer isso. É pesquisa? Método qualitativo. Tudo bem, mas não podemos nos esquecer da importância de trabalharmos também com os dados secundários, os censitários, por exemplo, pois esses dados nos apontam certas tendências importantes, inclusive para formularmos problemas para investigação e análise.

Eu não vou me estender mais nesse ponto, porque sei que já esgotei o meu tempo, mas, antes de concluir, gostaria de ressaltar que as mudanças observadas nos estudos feministas nas duas últimas décadas e, no particular, a mudança do paradigma modernista para o pós-moderno trouxeram-nos, certamente, muitas coisas boas. Contudo, em termos dos estudos e das pesquisas que tenho acompanhado, parece-me que a virada observada tem contribuído para uma certa superficialidade nas análises. Creio que há uma tendência a se permanecer, por assim dizer, na superfície, a não se cavar mais a fundo, a se ficar nos discursos, esquecendo que é preciso também analisar o contexto em que eles são produzidos e as estruturas sociais que sustentam tudo isso. Talvez isso acompanhe a rejeição a tudo que é “moderno”, isto é, às abordagens mais tradicionais nas ciências sociais, cujas raízes estão no Iluminismo, a teoria marxista inclusive. Para usar de uma expressão comum, parece-me que hoje há uma tendência a se querer “jogar fora o bebê junto com a água do banho”. Confesso que, para mim, que fui formada com o pé na análise marxista, é muito difícil aceitar isso. Na verdade, eu estou sempre tentando salvar o bebê - pôr em cima da mesa, virar para cá, trocar a fraldinha, etc. – porque acredito que há muito a ser salvo, não se pode jogar fora porque está ‘fora de moda’. Mas é difícil hoje você falar que é feminista socialista, que as “coisas” também têm sua importância, que não basta ficar só nas “palavras”, que ambas são importantes, porque se (re)constroem mutuamente.

Para nós, feministas, no particular, não há como ficarmos apenas nos “significados”; a perspectiva transformadora implica em romper com as estruturas. É lógico que o simbólico tem uma importância, que só agora começamos a entender, na reprodução das estruturas, principalmente no tocante às relações de gênero. Por isso mesmo, temos que cavar um pouco mais fundo, temos que procurar entender como o “simbólico” tanto reproduz como é reproduzido nas estruturas econômicas, políticas, do parentesco, da família, da nossa sociedade.

Por último, acredito que seria muito problemático jogarmos fora, ou deixarmos de lado, as questões que foram levantadas pelos feminismos dos anos

70 do século XX – liberal, socialista e radical. E isso porque a violência contra a mulher continua crescendo, as desigualdades salariais entre homens e mulheres permanecem gritantes, a porcentagem de famílias chefiadas por mulheres segue numa escalada ao tempo em que a participação das mulheres das instâncias de poder continua reduzida, isto é, as “coisas” também continuam tendo muita importância. Se as “palavras” são importantes para entendermos como as “coisas” se reproduzem, temos que saber das “coisas” para podermos lutar por transformações, para mudar a vida das mulheres. Eu vou ficar por aqui porque já falei demais. Muito obrigada!

NOTAS

¹ Transcrição revisada da comunicação apresentada à mesa “Teorias e Metodologias nas Pesquisas com Enfoque de Gênero”, realizada durante o I Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, promovido pelo NEGIF/UFC. Fortaleza, Ceará, março de 2002. Publicado originalmente em Amaral, Célia (org.), *Teworia e Práxis dos Enfoques de Gênero*, Salvador; Fortaleza: REDOR, NEGIF, 2004, PP.17-40.

² NEGIF – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família da Universidade Federal do Ceará.

³ REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero.

⁴ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia.

⁵ Refiro-me aqui à coletânea organizada por Linda Nicholson (1995), que inclui os debates travados entre Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell e Nancy Fraser, com uma introdução da própria Linda Nicholson.

⁶ Joan Scott (1988 a) observa que a sofisticação dos discursos, inclusive a utilização da própria categoria “gênero”, pode ser entendida, também, como uma estratégia ou forma de conquistar maior aceitação para os estudos feministas.

⁷ Podemos dizer que, em grande medida, as “ong’s” (organizações não governamentais) feministas vêm assumindo uma posição mediadora entre o discurso da academia e da militância não acadêmica, fazendo, por assim dizer, a “tradução” entre um e outro e, entre estes e agências governamentais. Segundo Sonia Alvarez (1998, p.268), trata-se, por assim dizer, de um “feminismo profissionalizado”.

⁸ Reporto-me aqui às considerações de Lucio Colletti (1972; pp.:3-5) in “Marxism as a Sociology”, onde o referido autor se remete às críticas de Lênin à sociologia burguesa, que fala de uma “sociedade” no geral, ou seja, que tem como objeto uma *idéia ou apenas um ideal* de sociedade. De outra feita, em seu artigo sobre o “tráfico de mulheres”, Gayle Rubin (1975) já faz também a crítica aos usos dos conceitos de “patriarcado” e “modo de reprodução”, como objeto dos estudos feministas. Vejam-se, também, as críticas de Joan Scott (1988 a) e Jane Flax (1991), dentre outras.

⁹ Nas palavras de Reiter: “Precisamos estar alertas para o potencial de um duplo viés androcêntrico nos relatos antropológicos de outras culturas: o viés que trazemos conosco para nossas investigações, e o viés que recebemos se a sociedade que estudamos caracteriza-se pela dominância masculina. Todos os antropólogos usam as vendas de sua própria civilização ao se aproximarem de outras culturas; nossos olhos estão tão

condicionados quanto aqueles dos povos que estudamos. Nosso treinamento acadêmico reflete, apoia e reproduz os pressupostos de superioridade masculina que nossa sociedade subscreve. A grande maioria de antropólogos que sobrevivem ao treinamento, trabalho de campo, obtenção de títulos e a publicações, para nos divulgarem suas informações, são homens ou mulheres treinadas por homens. Podemos dizer que a seleção de pessoas que concordem quanto à definição de questões importantes e como respondê-las é forte e fortemente orientada para homens.” (Reiter, 1975, p.13-14). Sobre a questão da representação das mulheres na Antropologia, veja-se, também, Mireya Suárez (2001); Henrietta Moore (1990) e Micaela di Leonardo (1991).

¹⁰ Não foi, pois, ao azar que, segundo nos aponta Micaela di Leonardo (1991, p.7), esse livro de Rayna Reiter, junto ao de Michelle Rosaldo e Louise Lamphere (1974), funcionou como um tipo “bíblia” da antropologia feminista por quase uma década.

¹¹ Embora o termo gênero já fosse empregado nos estudos feministas com a conotação atual há algum tempo, não era definido como o objeto maior desses estudos (veja-se, por exemplo, Ann Oakley, 1972). Ao que consta, Gayle Rubin (1975) foi aparentemente a primeira autora a identificar e teorizar sobre gênero ou, mais precisamente, sobre o sistema “sexo/gênero”, como objeto das reflexões feministas.

¹² Como bem apontam Suely Kofes (1993) e Cláudia Lima Costa (1998), o conceito de “gênero” não substitui o de “mulher” ou “mulheres”. Trata-se de categorias de análise distintas. Ademais, os estudos sobre mulheres continuam importantes, só que agora melhor instrumentados com a perspectiva de gênero.

¹³ Conforme nos expressamos em trabalho anterior: “(...) nos últimos quinze anos, sacudidos por ventos pós-modernos, os debates feministas vêm-se deslocando do plano teórico-metodológico para questões de ordem epistemológica, com desdobramentos contraditórios que, necessariamente, implicam o repensar do projeto feminista enquanto produção de conhecimentos e para além. Mais precisamente, ao mesmo tempo que se avança no sentido da crítica feminista à ciência e tecnologia e, assim, fundamentam-se as bases para a construção de uma ciência feminista, coloca-se hoje em jogo a autoridade epistêmica do sujeito do feminismo, mas, não mais apenas em termos dos fundamentos da Ciência Moderna. Agora, tal questionamento se formula também no próprio interior do pensamento feminista, o que, sem dúvida, traz implicações tanto científico-acadêmicas quanto políticas, que precisam ser devidamente avaliadas” (Sardenberg; Costa, 2002, p.12).

¹⁴ Veja-se, por exemplo, o ótimo texto de Bila Sorj (1992).

¹⁵ Publicado originalmente em inglês sob o título *Women, Culture & Society*, essa coletânea foi organizada por Michelle Rosaldo e Louise Lamphere (1974).

¹⁶ Pode-se dizer que o conceito de gênero coloca-se dentre aquelas “grandes idéias” às quais Susanne Langer (*apud* GEERTZ, 1973) se refere. Tais “idéias” causam um grande impacto no cenário intelectual, porque, a princípio, elas resolvem tantos problemas diferentes, que parecem capazes de resolver todos os problemas.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, os artigos contidos na coletânea organizada por Roberta Hamilton e Michèle Barrett (1986).

¹⁸ Sobre a crítica das feministas negras veja-se, por exemplo, Bairros (1995) e Hull; Bell Scott; e Smith (1982).

¹⁹ Veja-se, por exemplo, Butler (1993)

²⁰ Tem-se um exemplo dessa perspectiva em Gilligan (1982).

²¹ Para uma discussão mais aprofundada da questão, veja-se Sardenberg (2002 a).

²² Esse argumento é desenvolvido por Judith Butler (1993).

²³ Sandra Harding (1986) valeu-se de estratégia semelhante em “*The Science Question in Feminism*”. Harding (1993) também nos fala sobre a “instabilidade” das categorias de análise nas teorias feministas.

²⁴ Veja-se, por exemplo, Magnani (1997).

²⁵ Como bem aponta Joan Scott (1998), o mesmo se aplica às “experiências”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 6, No. 2, 1998, pp.:265-284.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, pp.:458-463.

BARRETT, Michèle; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: Barrett, M. e Phillips, A. (eds.), **Destabilizing Theory. Contemporary Feminist Debates**. Stanford, California: Stanford University Press, 1992, pp.:01-09.

BORDO, Susan. O Corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: Alison M. Jaggar e Susan R. Bordo (Orgs.). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, pp.:19-39.

BRITTO DA MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília M.B.; GOMES, Márcia (Orgs.). **Um Diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador, Bahia: NEIM/FFCH/UFBA, 2000.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. In: Benhabib, S. & Cornell, D. (eds.), **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, pp.:139-154.

COLLETTI, Lucio. “Marxism as Sociology”. IN:_____, **From Rousseau to Lenin**. New York: Monthly Review Press, 1972.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia M. B. Teoria e práxis feministas nas ciências e na academia: os núcleos da mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Número Especial: Anais do Simpósio Internacional, Formação, Pesquisa e Edição Feministas nas Universidades, out/1994, pp.:387-400 .

COSTA, Cláudia Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu** (11), 1998, pp.127-140.

FLAX, Jane. The End of innocence. In: BUTLER, Judith and SCOTT, Joan W. (eds.), **Feminists Theorize the Political**. New York: Routledge, 1992, pp.: 445-463.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: Buarque de Hollanda, H. (Org.). **Pós-Modernismo e política**, Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp.:217-250.

FLAX, Jane. **Thinking Fragments**. Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West. Berkeley: University of California Press, 1990.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu** (14), 2000, pp.:45-86.

HAMILTON, Roberta e BARRETT, Michèle (eds.). **The Politics of diversity**, London: Verso, 1986.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos PAGU** , (5), pp.:07-41.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, No. 1, 1993, pp.:7-32

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

HULL, Gloria T, BELL SCOTT, Patricia & SMITH, Barbara (eds.). **All the Women Are White, All the Blacks Are Men, But Some of Us Are Brave**. Black Women's Studies. Old Newsbury, New York: The Feminist Press, 1982.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu**, No.1, 1993:19-30.

LEONARDO, Micaela di. "Introduction. Gender, culture, and political economy: feminist anthropology in historical perspective". In: _____, **Gender at the crossroads of knowledge: Feminist anthropology at the postmodern era**. Berkeley: University of California Press, 1991.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação ou de como os *baloma* de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: Cardoso, R. (Org.). **A Aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp.127-140.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific**. New York: E. P. Dutton & Co., Inc, 1961 (publicado originalmente em 1922).

MITCHELL, Juliet. **Women: the longest revolution**. New York: Pantheon Books, 1984 (publicado originalmente em 1966).

MOORE, Henrietta L. **Feminism and Anthropology**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

NICHOLSON, Linda (ed.). **Feminist contentions: a philosophical exchange**, New York and London: Routledge, 1995.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, No.2, 2000, pp;9-41.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Olhar, ouvir e escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 1998.

REITER, Rayna. Introduction. In: REITER, R. (ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (eds.). **Women, culture and society**. Stanford: Stanford University Press, 1974.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes antropológicos**, Ano 1, No.1. Porto Alegre:UFRGS, 1995, pp.:11-36

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: Reiter, R. (ed.). **Toward an anthropology of women**, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SARDENBERG, Cecília M. B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: Britto da Motta, A., Sardenberg, C. e Gomes, M. (Orgs.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador, Bahia: NEIM/FFCH/UFBA, 2000.

SARDENBERG, Cecília M. B. A Mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista cinquentona. In: Ferreira, Sílvia L. e Rosendo, Enilda (Orgs.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2002 a.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: Costa, Ana Alice e Sardenberg, Cecília M. B. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002 b, pp.:89-120.

SARDENBERG, Cecília M. B. Classe, gênero e raça: lidando com diferenças e combatendo desigualdades. In: Watanabe, C. Corrêa, M.V. e Almeida, R. de (Orgs.). **Identidades culturais**. Recife: Bagaço: Escola de Formação Sindical da CUT do Nordeste, 2000.

SARDENBERG, Cecília M.B. e COSTA, Ana Alice. Introdução. In: Costa, Ana Alice e Sardenberg, Cecília M. B. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002, pp.:11-21.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, No.16, Fevereiro, 1998, pp.: 297-326.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In:_____, **Gender and the politics of History**, New York: Columbia University Press, 1988a, pp.:28-52.

SCOTT, Joan Wallach. On Language, Gender, and Working-Class History. **Gender and the politics of History**, New York: Columbia University Press, 1988b, pp.:53-67.

SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: Costa, A . O . & Bruschini, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, pp.:15-23.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: Buarque de Hollanda, H. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp.:72-96.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da teoria, ou um planetário de erros.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 (publicado originalmente em 1978).

THOMPSON, E.P. **A Formação da classe operária inglesa.** A Árvore da Liberdade, Vol. I. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (publicado originalmente em 1963).